Seminário nacional sobre Educação, Formação Profissional e Mercado Informal de Trabalho*

No período de 7, 8 e 9 de outubro de 1981, o Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getulio Vargas, com o patrocínio do Ministério do Trabalho, Serviço Nacional da Indústria (Senai/DN), Serviço Nacional do Comércio (Senac/DN) e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), realizou um seminário, de caráter nacional, sobre a problemática da Educação, Formação Profissional e Mercado Informal do Trabalho.

O seminário reuniu mais de 200 participantes – técnicos de diversos ministérios e outros órgãos governamentais como Sudene, Sudesul, Senar, CNRH/Ipea, além dos técnicos das instituições patrocinadoras e professores universitários especialmente convidados para expor ou debater temáticas relativas ao assunto em discussão. Teve sua origem mais remota em outro seminário realizado em 1978, patrocinado pelo Senai/DN e executado pelo IESAE/FGV, sobre Política e Planejamento da Formação Profissional.

A temática central daquele seminário foi o problema da formação profissional e o desenvolvimento econômico-social. E uma das questões recorrentes foi a formação profissional em face da questão social e particularmente o setor informal do trabalho.

Partindo daquela preocupação muito enfatizada, o IESAE/FGV, com o apoio do MTb, Senai, Senac e CNRH/Ipea, elaborou um projeto com um programa de trabalho a ser desenvolvido em três etapas:

Na primeira etapa o IESAE, patrocinado por aquelas instituições, realizou um estudo sobre o mercado informal, origens, características e dimensões.

Para a segunda etapa estava programado um seminário sobre Educação, Formação Profissional e Mercado Informal de Trabalho, que realizou-se na data citada.

O seminário foi aberto pelo Prof. Raymundo Moniz de Aragão – Diretor do IESAE/FGV, e teve como conferencista de abertura, representando o Sr. Ministro do Trabalho, o Secretário de Mão-de-Obra Dr. Renato Simplício.

* Coordenação-geral do Prof. Gaudêncio Frigotto.

Os objetivos que nortearam os trabalhos foram, basicamente, os seguintes:

– discussão ampla do documento gerado na primeira fase, com o intuito de caracterizar aspectos básicos a serem trabalhados em propostas específicas de pesquisa;

– análise de temática relativa à pobreza e crescimento econômico, política de emprego, políticas sociais e de formação profissional;

– o seminário, finalmente, objetivou delinear, já neste estágio dos trabalhos, diretrizes gerais, linhas de ação e políticas, tanto a nível dos setores governamentais ligados à área de emprego e política social, quanto às instituições ligadas à formação profissional e treinamento.

Além do documento básico discutido no primeiro dia, resultante da pesquisa realizada pelo IESAE/FGV, sobre Mercado Informal: Origens, Características e Dimensões, foram debatidas, no decorrer dos três dias do seminário, as seguintes temáticas:

– Pobreza, crescimento econômico e o mercado informal de trabalho (Roberto Macedo);

– Política de emprego e mercado informal de trabalho (José Márcio Camargo);

– Mercado informal de trabalho e políticas sociais (Pedro Demo);

– Educação e formação profissional no contexto do mercado informal (Ricardo Lima).

Foram igualmente apresentadas experiências em fase de realização na área do mercado informal de trabalho, sendo uma internacional.

Mais que buscar definir políticas e diretrizes na base desse esforço conjunto, existiu uma preocupação – de resto, problemática não só entre nós, mas universalmente – qual seja a de uma aproximação entre pesquisadores, pessoas que atuam no campo de pesquisa, análise das questões sociais, econômicas, educacionais e aqueles que têm responsabilidade de tomar decisões nestas e noutras áreas. O hiato existente entre estas duas esferas foi salientado em recente documento da Unesco – que aborda as "Relações entre pesquisas e tomada de decisão".

Visto no âmbito dos objetivos a que se propôs, o seminário os atingiu de forma efetiva.

Sem pretender listar aqui os pontos mais relevantes, limitamo-nos a apontar, entre outros, alguns aspectos enfatizados no decorrer dos debates:

a) sem tomar a percentagem de 40% do PEA no mercado informal como um dado cabalístico, mas apenas como um parâmetro indicativo, atingido pela pesquisa, destacou-se o fato, bastante grave, de que a maior parte desses trabalhadores é discriminada quanto ao acesso aos direitos de assistência social pelo INPS, FGTS, PIS, 13º salário e da legislação trabalhista em seu conjunto;

b) solicitou-se também que se deve tomar o mercado informal não como algo separado dicotomicamente do mercado formal de trabalho, mas como algo estruturalmente a ele ligado. De outra parte, o que caracteriza o mercado informal é a ausência de um mercado de trabalho propriamente dito e, conseqüentemente, algo profundamente heterogêneo e complexo, com variações de região para região;

c) o caráter heterogêneo do mercado informal aponta para o fato de que não é possível traçar uma política geral, tanto de profissionalização quanto de treinamento. Essas políticas devem ser regionalizadas, localizadas;

d) outro aspecto recorrentemente enfatizado, ao longo dos debates, é que a formação profissional, o treinamento não criam por si o posto de trabalho, não criam emprego. Neste sentido é uma política de formação profissional, de treinamento, isolada, sem tomar outras medidas de caráter mais global – econômicas, sociais e políticas – cai no vazio;

e) em face da caracterização do mercado informal como sendo, em geral, composto por funções marcadas pela *carência* e de baixa escolaridade, um dos aspectos mais enfatizados e que obteve consenso entre os debatedores diz respeito à defesa do acesso a essas populações da escola pública e gratuita. Chamou-se a atenção para o caráter político e social desta medida;

f) a partir das discussões estabelecidas e especialmente das experiências relatadas, formulou-se, como continuidade dos trabalhos, as seguintes sugestões:

– a terceira etapa, como aliás está previsto na programação, se efetivaria a partir de trabalhos localizados ou regionalizados realizados por instituições isoladas ou conjuntamente entre várias instituições;

– sugeriu-se ampliar o grupo de instituições que até o presente foi responsável pelo programa aludido;

– finalmente, propôs-se, como continuidade imediata, a realização de seminários regionalizados, tendo como objeto de análise as experiências e trabalhos concretos que se vêm realizando, com o intuito de analisá-los, aprofundá-los e, igualmente, buscar mecanismos de ampliação destas experiências.

As indicações colhidas nos trabalhos até aqui realizados sinalizam uma área que, por sua magnitude, complexidade e caracterização econômica, social e cultural, demanda ampliar o esforço não só das instituições até agora envolvidas, mas também de tantas outras que de uma ou de outra forma têm responsabilidades nesta área.

Neste sentido, os resultados até agora atingidos e a consciência firmada da necessidade premente e crescente de uma intervenção mais determinada na área do mercado informal indicam a procedência da continuidade dos esforços nesta direção. O retorno social de tais esforços, sem dúvida, será significativo.

Além da publicação dos anais do seminário para uma divulgação ampla dos seus resultados, prevê-se, como continuidade, em 1982, a realização de quatro seminários regionais para levantar e discutir as experiências existentes no mercado informal e buscar mecanismos de ampliação e trabalho conjunto.